



Diário da Justiça

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO LXVI — Nº. 131

QUARTA-FEIRA, 10 DE JULHO DE 1991

BRASÍLIA — DF

Sumário

Página

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	9457
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	9457
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	9463
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	9464
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	9464

Tribunal Superior Eleitoral

Secretaria de Coordenação Eleitoral

Subsecretaria de Taquigrafia, Acórdãos e Resoluções

ATA DA 44ª SESSÃO, EM 16 DE MAIO DE 1991.

SESSÃO ADMINISTRATIVA

Presidência do Senhor Ministro Célio Borja. Presentes os Senhores Ministros Paulo Brossard, Sepúlveda Pertence, Américo Luz, Cid Scartazzini, Vilas Boas e Hugo Gueiros. Compareceu o Dr. Geraldo Brindeiro, Vice-Procurador-Geral Eleitoral. Secretário, Dr. Pedro de Mello Figueiredo. Não compareceram, por motivo justificado, o Senhor Ministro Pedro Acíoli e o Dr. Aristides Junqueira Alvarenga, Procurador-Geral Eleitoral.

As dezenove horas foi aberta a sessão, sendo lida e aprovada a Ata da 43ª sessão.

JULGAMENTOS

a) Processo nº 12.019 - Classe 10ª - Distrito Federal (Brasília). Proposição da Comissão Especial de Licitação, que, em caráter excepcional, seja prorrogado, por 90 dias, o contrato vincendo entre o TSE e a CTIS - Informática e Sistemas Ltda.

Relator: Ministro Vilas Boas.
Aprovada a proposição da Secretaria. Decisão unânime.
Protocolo nº 1.311/91.

b) Processo nº 12.018 - Classe 10ª - Rio Grande do Sul (Campina das Missões).

Solicita o Presidente da Câmara de Vereadores de Campina das Missões, seja estudada a possibilidade de criação de Zona Eleitoral naquele Município.

Relator: Ministro Sepúlveda Pertence.
Não conhecido. Decisão unânime.
Protocolo nº 3.293/91.

c) Processo nº 12.017 - Classe 10ª - Pernambuco (Recife). Submete o TRE à homologação do TSE decisão que criou a 136ª Zona Eleitoral - SALOÁ, desmembrada da 61ª Zona - BOM CONSELHO.

Relator: Ministro Paulo Brossard.
Aprovada a criação da Zona. Decisão unânime.
Protocolo nº 3.288/91.

d) Processo nº 12.016 - Classe 10ª - Pernambuco (Recife). Submete o TRE à homologação do TSE, decisão que criou a 135ª Zona - FEIRA NOVA, desmembrada da 21ª Zona - GLÓRIA DE GOITÁ.

Relator: Ministro Paulo Brossard.
Aprovada a criação da Zona. Decisão unânime.
Protocolo nº 3.287/91.

e) Processo nº 12.013 - Classe 10ª - Ceará (Fortaleza). Pedido de provisão para o TRE/CE, para atender despesas com treinamento de servidores em exercício nos Cartórios Eleitorais.

Relator: Ministro Américo Luz.
Indeferido o pedido. Decisão unânime.
Protocolo nº 3.124/91.

f) Processo nº 12.011 - Classe 10ª - Goiás (Goiânia).

Submete o TRE à homologação do TSE decisão que aprovou o pedido de renovação da requisição da servidora MEDIMAR CABRAL NUNES, lotada no Comando Militar do Planalto, a fim de continuar prestando serviços junto ao Cartório Eleitoral da 39ª Zona - Itapaci.

Relator: Ministro Vilas Boas.
Autorizada a renovação. Decisão unânime.
Protocolo nº 3.188/91.

g) Processo nº 12.010 - Classe 10ª - Goiás (Goiânia).

Submete o TRE à homologação do TSE decisão que aprovou a requisição da servidora SANDRA MARIA CARNEIRO FERNANDES, pertencente ao Quadro do Pessoal da Secretaria daquela Regional, a fim de prestar serviço junto ao Cartório Eleitoral da 35ª Zona - Aragarças.

Relator: Ministro Paulo Brossard.
Aprovada a requisição. Decisão unânime.
Protocolo nº 3.180/91.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão. E, para constar eu, Pedro de Mello Figueiredo, Secretário, lavrei a presente Ata que vai assinada pelo Senhor Ministro Presidente deste Tribunal.

Brasília, 16 de maio de 1991.
CÉLIO BORJA - Presidente em exercício.

Superior Tribunal de Justiça

Presidência

ATOS DE 09 DE JULHO DE 1991

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, resolve

Nº 725 - EXONERAR, a partir de 1º de agosto do corrente ano, o Bacharel em Ciências Econômicas FRANCISCO LIMA COUTINHO do cargo, em comissão, de Diretor da Subsecretaria de Registro e Informações Processuais, Código STJ-DAS-101.4, da Secretaria Judiciária, do Quadro de Pessoal da Secretaria do Superior Tribunal de Justiça, em virtude de ter sido nomeado para exercer outro cargo em comissão.

Nº 726 - NOMEAR a Bacharel em Direito ELIANE VIRGÍNIA MONTEIRO JÁCOME para exercer o cargo, em comissão, de Diretor da Subsecretaria de Registro e Informações Processuais, Código STJ-DAS-101.4, da Secretaria Judiciária, do Quadro de Pessoal da Secretaria do Superior Tribunal de Justiça, em vaga decorrente da exoneração de Francisco Lima Coutinho.

Nº 727 - NOMEAR o Bacharel em Ciências Econômicas FRANCISCO LIMA COUTINHO para exercer o cargo, em comissão, de Diretor da Divisão de Execução de Sentenças e Precatórios, Código STJ-DAS-101.3, da Secretaria Judiciária, do Quadro de Pessoal da Secretaria do Superior Tribunal de Justiça, em vaga decorrente da aposentadoria de Erol Luiz Lobão de Castro.

MINISTRO ANTÔNIO TORREÃO BRAZ
Presidente

Secretaria Judiciária

Subsecretaria de Registros e Informações Processuais

ÍNDICE DE ADVOGADOS REFERENTE AO REGISTRO E DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DE
08 DE JULHO DE 1991

ADRIALDO GONÇALVES DA ROSA
GLDENI MARTINS

91.0012128-2
91.0012092-8

ALDO DE FREITAS
ALVARO ALVARES DA SILVA CAMPOS
ANA PAULA CABAZ DE ALMEIDA BORGES
ANELIA NOBUKO KASAI
ANGELICA MARIA ZAMLUTTI ALVES
ANNETTE CARDOSO ROCHA
ANTENOR BAPTISTA

ANTONIO BORGES
ANTONIO CARLOS VALENTE
ANTONIO GARBELINI JUNIOR
ARACY LIMA DOS SANTOS
ARILDO RICARDO
BENEDITO APARECIDO CARVALHO RAMOS
BENSION COSLOVSKY
BRUNO LINHARES BERTOLUZZI
CARLOS ALBERTO RAMOS
CELSO DARIO DE MORAES
CLAUDIA LAGES BARBOSA
CLAUDIO XAVIER PETRYK
CLAUDIONOR DE ANDRADE JUNIOR
CLEBER LUCIO DE ALMEIDA
CLEMENTE AUGUSTO GOMES
CLERES BARCELOS COSTA
CRISTINA ADELAIDE CUSTODIO
CYRILLO LUCIANO GOMES
DAILSON MARINHO NOGUEIRA
DALVA NAZARE DE SIQUEIRA
DANIEL ISIDORO DE MELLO
DEBORA MUST DE PROENÇA
DELASNIEVE MIRANDA DASPET DE SOUZA
DEVANIR CESTARI
DIANA DE ALMEIDA RAMOS
DOMINGOS MARMO
DOMINGOS SAVIO SILVA
EDUARDO ASSAD DIB
EBLON JORGE MARTINS DE SIQUEIRA
EGON BOCKMANN MOREIRA
ELAINE DE PAULA
ELISABETH MARTINS GUIMARAES
ELIZABETH JANE ALVES DE LIMA
EROS SANTOS CARRILHO
EURY PEREIRA LUNA FILHO
FABIO KADI
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARAES
FERNANDO GEISER
FLAVIO RAMOS BALSINI
FRANCISCO ANTONIO DE SOUSA PORTO
FRANCISCO MULLER KUNTZ
FRANCISCO PRADO DE OLIVEIRA RIBEIRO

FREDERICO JOSE STRAUPE
GERALDO ALVES DA SILVA
GETULIO BARBOSA DE QUEIROZ
GILBERTO CIPULLO
GILBERTO DA SILVA BRANDAO
GUIDO JOSE DOBELI
GUILHERME PIVETI
GUSTAVO ALBERTO ROCHA DE AZEVEDO BRANCO
HAROLD PABST

91.0012147-7
91.0012081-3
91.0012094-4
91.0012121-5
91.0012196-7
91.0012091-0
91.0012141-0
91.0012044-8
91.0012065-0
91.0012075-2
91.0012052-7
91.0012041-3
91.0012044-3
91.0012030-8
91.0012116-9
91.0012107-0
91.0012030-8
91.0012102-9
91.0012136-3
91.0012133-0
91.0012101-0
91.0012144-4
91.0012041-3
91.0012061-8
91.0012093-6
91.0012226-2
91.0012058-8
91.0012142-6
91.0012076-0
91.0012057-0
91.0012119-3
91.0012147-7
91.0012064-2
91.0012099-5
91.0012022-6
91.0012088-0
91.0012118-5
91.0012119-3
91.0012153-7
91.0012034-0
91.0012118-5
91.0012058-8
91.0012131-2
91.0012098-7
91.0012086-3
91.0012124-0
91.0012108-8
91.0012114-2
91.0012038-3
91.0012125-8
91.0012154-0
91.0012043-0
91.0012040-5
91.0012025-1
91.0012027-6
91.0012039-1
91.0012140-1
91.0012110-0
91.0012062-6

HENRIQUE JACKSON
HERON COSTA RICA
IARA MENEZES LIMA
IVO SILVEIRA FILHO
IZABEL RODRIGUES DE SOUZA
JAQUES PINHEIRO COLARES
JOAO BAPTISTA VENTURA
JOAO BATISTA DE LARA
JOAO DACIO ROLIM
JOAO DUARTE MOREIRA
JOAO MORAES E SILVA
JOAO TEIXEIRA GRANDE
JOAQUIM ALBERTO CARDOSO MONTEIRO
JOSE ASSIS MOURAO
JOSE CRUZ MACEDO
JOSE DE SOUZA ARAUJO
JOSE DOS REIS DA SILVA
JOSE FERNANDO CHRISTINO NETTO
JOSE FERNANDO MOREIRA BARROS
JOSE GREIBER
JOSE LUIZ FOURNIOL REBELLO
JOSE LUIZ MATTHES
JOSE LUIZ QUIRINO
JOSE MANSSUR

JOSE MARIA DOS SANTOS COELHO
JOSE MARIANO DOS SANTOS
JOSE PAULO CARVALHO BRAGA
JOSE RAMOS NOGUEIRA NETO

JULIA MARIA VILLELA DE PAIVA
JULIMAR ANDRADE VIEIRA
JURANDIR AUGUSTO DE ARAUJO
LEILA MARIA RAMOS DOURADO
LEO KRAKOWIAK
LIANA LAUREN C C PROCOPIO
LILLIANE KIOMI ITO ISHIKAWA
LINDENBERG BRUZA
LUCIANA A RANGEL BERMUDEZ
LUIZ ANTONIO TESSARI
LUIZ ANTONIO DE ALMEIDA
LUIZ CARLOS KOSLOSKY
LUIZ MARIANO DE OLIVEIRA FREITAS
LUIZ FERISSE DUARTE JUNIOR
LUIZ ROBERTO DE ATHAYDE FURTADO
MANOEL AUGUSTO CAMPELO NETO
MANOEL ARES JUSTO
MARCIA CRISTINA BARBOSA TEIXEIRA
MARCIA SERRA NEGRA
MARCIO TRINDADE SANTOS
MARCO AURELIO AMORIM COSTA
MARCONE GUIMARAES VIEIRA
MARCOS RIBEIRO DE BARROS
MARIA ANTONIA DE OLIVEIRA CANDIDO
MARIA DA CONCEICAO FONTANI VILLARINHOS
MARIA DE LOURDES ALVES DE LIMA
MARILENA ROCHA LOVISE
MARIO AUGUSTO COLLACO VERAS
MARIO DE PAULA NASCENTE
MARDORIE NERY PARANZINI
MIGUEL ALFREDO MALUFE NETO
MIGUEL DA SILVA
MOACIR VINCOLETE CARATO
MONICA BENISE FERREIRA DE CAMARGO
NELSON ALVES DE OLIVAL
NELSON DE FIGUEIREDO CERQUEIRA
NILO CARIM SULEIMAN
NILSON BELVIO CAMARGO POMPEU
NILSON RIGONI
NIVIA APARECIDA DE SOUZA AZENHA
NOE MENDES
NORIVAL NELSON CHAVES
OLAVO DE ALMEIDA
OLAVO RIGON FILHO
OSWALDO CLEMENTE DA SILVA
OSWALDO MASSOCO
OSWALDO SAMURIO
PAULO EUGENIO DINELLI DE MENEZES
PAULO GOLDRAJCH
PAULO HENRIQUE DE CARVALHO CHAMON

91.0012122-3
91.0012128-2
91.0012053-7
91.0012062-6
91.0012137-1
91.0012054-3
91.0012087-1
91.0012102-9
91.0012106-1
91.0012056-1
91.0012033-2
91.0012097-1
91.0012108-1
91.0012029-1
91.0012147-7
91.0012192-2
91.0012101-5
91.0012091-1
91.0012127-3
91.0012138-0
91.0012120-7
91.0012034-0
91.0012042-1
91.0012091-0
91.0012141-0
91.0012086-3
91.0012045-6
91.0012075-2
91.0012035-9
91.0012088-3
91.0012077-9
91.0012105-3
91.0012105-3
91.0012045-6
91.0012120-7
91.0012111-8
91.0012137-3
91.0012063-4
91.0012127-4
91.0012111-8
91.0012049-9
91.0012033-2
91.0012032-4
91.0012140-1
91.0012123-1
91.0012031-0
91.0012036-7
91.0012027-8
91.0012076-0
91.0012137-1
91.0012052-9
91.0012109-6
91.0012025-1
91.0012061-8
91.0012054-3
91.0012047-2
91.0012077-5
91.0012069-2
91.0012035-9
91.0012029-4
91.0012070-1
91.0012100-2
91.0012121-5
91.0012086-2
91.0012130-4
91.0012087-1
91.0012126-6
91.0012032-4
91.0012114-2
91.0012028-6
91.0012060-0
91.0012101-0
91.0012041-3
91.0012113-0
91.0012046-4
91.0012126-6
91.0012125-0
91.0012110-0
91.0012145-5
91.0012099-5
91.0012100-2
91.0012129-0
91.0012116-7
91.0012047-2
91.0012145-2
91.0012147-5
91.0012069-8
91.0012107-0
91.0012063-4
91.0012067-5
91.0012043-0
91.0012040-5
91.0012055-3
91.0012065-0
91.0012108-8
91.0012031-6
91.0012157-5
91.0012051-0
91.0012125-8
91.0012109-6
91.0012093-6
91.0012094-4
91.0012092-2
91.0012115-0
91.0012122-3



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional
SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604 - Brasília/DF
Telefones: (PABX (061) 321-5566) Telex: (061) 1356 DIMN BR
Fax: (061) 225-2046
CGC/MF: 00394494/0016-12

ENIO TAVARES DA ROSA
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR
Chefe da Divisão de Jornais Oficiais

DIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I
Órgão destinado à publicação dos atos do Poder Judiciário

JOSÉ EDMAR GOMES
Editor

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias. Matérias entregues até às 13 horas serão divulgadas na edição do dia imediato. Reclamações deverão ser feitas por escrito à Divisão de Jornais Oficiais até o quinto dia útil após sua publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

Preços	Diário Oficial		Diário da Justiça	
	Seção I	Seção II	Seção I	Seção II
ASSINATURA TRIMESTRAL:	Cr\$ 1.686,00	Cr\$ 441,00	Cr\$ 1.653,00	Cr\$ 1.359,00
PORTE	Cr\$ 12.804,00	Cr\$ 6.336,00	Cr\$ 23.232,00	Cr\$ 12.804,00

Informações: Seção de Divulgação da Imprensa Nacional (DICO/S/EDIV)
Telefone: (061) 321-5566 R. 306, 309, 325 ou 328.
Horário: 8:00 às 12:30h e 13:30 às 17:00h.

PAULO ROBERTO MAIA
PAULO ROBERTO VIERO
PAULO RODRIGUES DA ROCHA
PEDRO GIROLAMO MACARINI
REMO LAINETTI
RENATO DOMINGOS DEL STANDE
RENAUD CAMPOS LIMA
RICARDO BENITES Malfati
ROBERTO DANZI
ROBERTO JOSE VALADARES VERSIANI
RONEY LUIZ TORRES ALVES DA SILVA
RONILDA NOBLAT
SANDRA BORGES
SELMA MORAES LAGES
SERAFIM AFRASO MARTINS MORAIS
SERGIO LUIZ FERNANDES DE MELLO
SERYS DE MAGALHAES
SOLANGE GARCIA REIS FREIRE
SOLANGE MARIA C DE SOUZA CAMPELLO
SOLON JOSE RAMOS
SONIA CORREA DA SILVA ALMEIDA PRADO
SONIA MARIA DE C GISSONI
SYLVIO J J RAMOS
TANIA MARA MORAES LEME DE MOURA

91 0012143-6 PROC. ORIG. 9001139175
 RECTE : Ministerio Público Federal
 RECDO : RADIS TV DO AMANAS-SA
 ADV : DANIEL ISIDORO DE MELLO e outro
 RECDO : Uniao Federal
 RELATOR : MIN. DEMOCRITO REINALDO - PRIMEIRA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 08/07/91
 CONCLUSAO AO RELATOR

RESP 11919-AM

91 0012224-2 PET 174-PA
 REOTE : MARIA NAZARE SOUZA FERREIRA
 ADV : DAILSON MARINHO NOGUEIRA
 REQDO : CLERIA CHAVES CATELO BRANCO LEAO
 RELATOR : MIN. SALVIO DE FIGUEIREDO - QUARTA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 08/07/91
 CONCLUSAO AO RELATOR

91 0012144-4 PROC. ORIG. 9001153232
 RECTE : Ministerio Público Federal
 RECDO : FLORIDA INTERNACIONAL LTDA
 ADV : CLEMENTE AUGUSTO GOMES e outro
 RECDO : Uniao Federal
 RELATOR : MIN. JOSE DE JESUS - SEGUNDA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 08/07/91
 CONCLUSAO AO RELATOR

RESP 11920-AM

91 0012227-0 HC 794-CE
 IMPTE : TERESA NEUMA DE SA PEREIRA GONCALVES
 IMPDO : DESEMBARGADOR DIRETOR DO FORUM DE FORTALEZA
 PACTE : TERESA NEUMA DE SA PEREIRA GONCALVES
 RELATOR : MIN. EDSON VIDIGAL - QUINTA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 08/07/91
 CONCLUSAO AO RELATOR

91 0012145-2 PROC. ORIG. 0000403970
 RECTE : LUIZ EGIDIO MACARINI
 ADV : PEDRO GIROLAMO MACARINI
 RECDO : TRIBUNAL DE ALCADA DO ESTADO DO PARANA
 PACTE : LUIZ EGIDIO MACARINI
 RELATOR : MIN. VICENTE CERNICCHIARO - SEXTA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 08/07/91
 VISTA A SUBPROCURADORIA

RHC 1292-PR

91 0012147-9 PROC. ORIG. 0000019803
 AGATE : GOIANIO BORGES TEIXEIRA
 ADV : JOSE CRUZ MACEDO e outro
 AGADO : AUGUSTO VALENTE ORNELAS e conjuge
 AVOGADO : VERGILIO RODRIGUES DAS NEVES e outro
 AGADO : ADRIANO BENAYON DO AMARAL
 ADV : DIANA DE ALMEIDA RAMOS
 AGADO : BENHUR GOMES MOTA e conjuge
 ADV : ALVARO ALVARES DA SILVA CAMPOS
 AGADO : CIA/ IMOBILIARIA DE BRASILIA-TERRACAP
 AGADO : JOAQUIM NETTO RIBEIRO
 AGADO : JOAO DOS SANTOS CRUZ
 AGADO : CINICIUS BERQUE FERREIRA
 RELATOR : MIN. CLAUDIO SANTOS - TERCEIRA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 08/07/91
 CONCLUSAO AO RELATOR

AG 13104-DF

91 0012148-7 PROC. ORIG. 0000401805
 RECTE : APARECIDO DA SILVA MARTINS
 RECDO : TRIBUNAL DE ALCADA DO ESTADO DO PARANA
 PACTE : ALEXANDRE BUCKO (reu preso)
 RELATOR : MIN. VICENTE CERNICCHIARO - SEXTA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 08/07/91
 VISTA A SUBPROCURADORIA

RHC 1293-PR

91 0012149-5 PROC. ORIG. 0000001555
 RECTE : HELIO FERNANDES
 AVOGADO : PAULO GOLDBRAJCH e outros
 RECDO : LUIZ AFFONSO CARDOSO MELLO DE ALVARES OTERO
 AVOGADO : REMO LAINETTI
 RELATOR : MIN. JOSE CANDIDO - SEXTA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 08/07/91
 CONCLUSAO AO RELATOR

RESP 11921-RJ

91 0012193-2 PROC. ORIG. 0000006391
 RECTE : EXPRESSO SAO JOSE DO TOCANTINS LTDA
 ADV : JOSE DE SOUZA ARAUJO
 REQDO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO TOCANTINS
 IMPTE : VIACAO PARAISO LTDA
 REGISTRADO EM 08/07/91

SS 73-TO

91 0012194-0 PROC. ORIG. 0001553381
 RECTE : MUNICIPIO DE INDIATUBA
 ADV : FREDERICO JOSE STRAUSS e outros
 REQDO : TERCEIRO VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO
 DE SAO PAULO
 IMPTE : JOSE WILSON LUCHINI
 REGISTRADO EM 08/07/91

SS 74-SP

91 0012196-7 MI 71-DF
 IMPTE : SHIRLEY APARECIDA MACEDO e outros
 ADV : ANNETTE CARDOSO ROCHA
 IMPDO : MINISTRO DE ESTADO DA EDUCACAO E CULTURA
 IMPDO : CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA OCUPACIONAL DA QUARTA
 REGIAO
 RELATOR : MIN. AMERICO LUZ - CORTE ESPECIAL
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 08/07/91
 CONCLUSAO AO RELATOR

MI 71-DF

91 0012197-5 MS 1001-DF
 IMPTE : DELCY SILVEIRA
 ADV : SERGIO LUIZ FERNANDES DE MELLO e outro
 IMPDO : MINISTRO DE ESTADO DA AERONAUTICA
 RELATOR : MIN. HELIO MOSIMANN - PRIMEIRA SECAO
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 08/07/91
 CONCLUSAO AO RELATOR

MS 1001-DF

91 0012225-4 HC 793-SP
 IMPTE : DAVID GACOMINI
 IMPDO : QUARTA CAMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE
 SAO PAULO
 PACTE : JURANDIR ROSA NOVAES (reu preso)
 RELATOR : MIN. CARLOS THIBAU - SEXTA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 08/07/91
 CONCLUSAO AO RELATOR

HC 793-SP

MINISTRO	REGIST.	DIST.	REDIST.	TOTAL
MIN. PRESIDENTE	2			2
MIN. BUENO DE SOUZA		2		2
MIN. JOSE CANDIDO		2		2
MIN. PEDRO ACIOCI		6		6
MIN. AMERICO LUZ		5		5
MIN. PADUA RIBEIRO		5		5
MIN. COSTA LIMA		2		2
MIN. CARLOS THIBAU		2		2
MIN. NILSON NAVES		4		4
MIN. EDUARDO RIBEIRO		6		6
MIN. DIAS TRINDADE		4		4
MIN. JOSE DE JESUS		2		2
MIN. EDSON VIDIGAL		1		1
MIN. GARCIA VIEIRA		6		6
MIN. ATHOS CARNEIRO		5		5
MIN. VICENTE CERNICCHIARO		4		4
MIN. WALDEMAR ZVEITER		3		3
MIN. FONTES DE ALENCAR		4		4
MIN. CLAUDIO SANTOS		4		4
MIN. SALVIO DE FIGUEIREDO		8		8
MIN. BARROS MONTEIRO		4		4
MIN. HELIO MOSIMANN		7		7
MIN. PECANHA MARTINS		5		5
MIN. DEMOCRITO REINALDO		2		2
MIN. GOMES DE BARROS		7		7
TOTAL	2	100		102

NADA MAIS HAVENDO, FOI ENCERRADA A PRESENTE ATA DE DISTRIBUICAO E EU, FRANCISCO LIMA COUTINHO, DIRETOR DA SUBSECRETARIA DE REGISTROS E INFORMACOES PROCESSUAIS, A SUBSCREVO.

Brasília, 08 de julho de 1991.

MINISTRO TORREÃO BRAZ
 Presidente

Conselho da Justiça Federal

No Ato nº 35, de 03.07.91, publicado no DIÁRIO DA JUSTIÇA de 05 subsequente, página 9.385, Seção I, onde se lê: RAQUEL DE MOURA CRUZ, leia-se: RACHEL DE MOURA CRUZ.

Tribunal Superior do Trabalho

Presidência

ATO Nº 697. DE 27 DE JUNHO DE 1991

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Designar o servidor LUIZ HENRIQUE POCHYLY DA COSTA, Contador, para substituir WILSON PEREIRA, no cargo em comissão de Diretor do Serviço de Contabilidade Analítica, código TST-DAS-101.4, no período de 26 a 28 de junho do corrente ano, tendo em vista viagem do titular em objeto de serviço, e férias do substituto.

MINISTRO LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO

A Imprensa Nacional executa serviços gráficos para a Administração Federal.

Consultas: Divisão de Editoração.

Fones (061) 225-4790 e 321-5566 ramal 219.

Superior Tribunal Militar

Diretoria Judiciária

SEÇÃO DE PROCESSO JUDICIÁRIO
Publicação para conhecimento do interessado
RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 269-9/RJ

Recorrente: JOSÉ VALDI DE MENESES, Cap. Ten. Mar.
Recorrida : A Justiça Militar Federal
Advogado : Dr. Mario Rebello de Oliveira

DESPACHO

"Albergado em permissivo Constitucional, demonstrando o seu inconformismo, JOSÉ VALDI DE MENESES, apresenta recurso extremo contra a decisão desta Corte Castrense, em aresto acostado às fls. 2102/2139, Relator o Eminentíssimo Ministro Paulo César Cataldo, cuja ementa está redigida nos seguintes termos, verbis:

"EMENTA: EMBARGOS INFRINGENTES DO JULGADO. HOMICÍDIO QUALIFICADO E FALSIDADE IDEOLÓGICA. PARCELA VENCIDA, FUNDADA EM INSUFICIÊNCIA DA PROVA, QUE QUER O EMBARGANTE PREPONDERE. PROVA NOVA EM SEDE EMBARGOS. Não há falar em inidignidade probatória quando o contingente de elementos indiciário sugere, no seu todo, a certeza da autoria, v.g. a incineração do fardamento da vítima, a utilização de frasco de álcool após encontrado, a falsificação da papelada de férias, a constatada presença de sangue na viatura militar etc. Prova nova não considerada porque emprestada de processo criminal pendente de julgamento, por isso ainda não aferida no juízo natural e, ainda, não traidora de fato novo modificativo do anterior convencimento. Magistério de MOACYR AMARAL SANTOS sobre o tema. Embargos rejeitados. Decisão majoritária".

O V. Acórdão hostilizado, rejeitou a pretensão da douda Defesa, que pretendia fosse apreciada a prova indireta produzida nos autos da Ação Criminal nº 03/86 da Comarca de Tupi Paulista, onde o recorrente responde por crime de ocultação de cadáver. O inconformismo do recorrente, tanto na via dos Embargos Infringentes e bem assim do recurso extremo, decorre de depoimento testemunhal produzidos na ação criminal susa referida, não acolhida na via dos Embargos por se tratar de exame de prova interpretativa, notadamente quando se trata de prova testemunhal.

As razões de fls. 50/93, sustentam que o acórdão impugnado reconheceu implicitamente, inexistir certeza quanto a autoria, daí, seu sentir, disposta a infringência do art. 439, alínea "e" do Código de Processo Penal Militar. Pois, tendo a Corte, assim procedido, não fez distinção entre a apreciação da prova e a valoração da prova. Nesse caso, houve infringência de princípio jurídico do direito probatório, por haver monoscabo dos elementos probatórios contidos no bojo dos autos.

As razões recursais, alinharam-se o seu fundamento no sentido da valoração da prova, o que não lhe favorece pela via extrema. Por outro lado, é inviável falar-se em violação infra constitucional, quando, na verdade, a Corte deu a melhor interpretação a lei federal, diante da situação fática dos autos.

A suposta divergência jurisprudencial apontada pelo recorrente, consiste apenas em simples transcrições de ementas.

"Só pela ementa, como tem reconhecido a jurisprudência, não se perfaz a demonstração da divergência, mesmo que nela se contenha uma tese jurídica apreensível, mesmo porque é indubitado que a ementa não integra o texto do acórdão, sendo este o que constitui o padrão" (RTJ 117/740-742; STF - RT 611/245).

Os demais argumentos traduzem o inconformismo do recorrente, quanto aos aspectos fáticos e probatórios, posto que, cuida-se de valoração jurídica da prova, o que pretende na verdade, é o reexame pela via extraordinária. A pretensão é desfavorável ao recorrente, em virtude do óbice expandido pela Súmula STF Nº 279.

De outro lado, no recurso extremo abre-se uma instância, cujo fundamento precípua é a preservação do direito federal. Discute-se apenas matéria de direito, sendo incompatível com a natureza do extraordinário a tutela do interesse das partes, o reexame da matéria fática.

"Não cabe ao STF, sob calor de poder de convicção, no caso, para ter como provado o que a instância local disse não estar, seria, indubitavelmente, transformar o recurso extraordinário em uma segunda apelação, para reapreciação de provas (que se consideram mal apreciadas) quanto a fatos da causa". RE-84.699 - Relator Min Cunha Peixoto. (RTJ 86/558).

Por outro lado, o recurso não reúne condições de admissibilidade por falta de requisito do pré-questionamento da questão federal, tendo em vista a Súmula STF 282.

PONTES DE MIRANDA:

"Quem interpõe recurso extraordinário necessariamente entendeu o ponto ou os pontos da decisão de que recorreu. Se não os houver entendido, teria de opor embargos de declaração. Se o não fez, foi porque apanhou o seu

tido (ou pensou tê-lo apanhado) e com esse sentido é que se há de interpretar o próprio recurso.

Pode dar-se que o recorrente tenha emprestado à decisão sentido que ela evidentemente não tem e o seu recurso se haja baseado nisso. O Supremo Tribunal não pode conhecer do recurso, diante da evidência do texto sentencial, sem que a tal atitude se atribua declaração da sentença." (Comentário ao Código de Processo Civil, vol. VIII, pág. 146).

De outra parte, não basta o recorrente alegar violação de preceitos, cabe demonstrar na formação do instrumento.

Assim, diante do Verbete da Súmula nº 284 do STF, o recurso não pode ser admitido, à míngua de fundamentação.

Ex positis, inadminto o recurso extraordinário. Publique-se".

Brasília, 28 de junho de 1991

MINISTRO ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA
Vice-Presidente

Ministério Público da União

Ministério Público Federal

Procuradoria Geral da República

PORTARIA Nº 348, DE 09 DE JULHO DE 1991

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Designar a Doutora RAILDA SARAIVA, Subprocuradora-Geral da República, para, sem prejuízo da designação constante da Portaria nº 296, de 19 de junho de 1991, atuar perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região durante o corrente mês.

ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA

Ministério Público do Trabalho

Procuradoria Regional do Trabalho

2ª Região

Relação processual - relação de processos remetidos ao Tribunal Regional da 2a. Região com pareceres

Guia de remessa nº 83/91

Proc:- 02880125256

Recorrente

Advogado

Recorrido

Advogado

Proc:- 09000127453

1ª Recorrente

Advogado

2ª Recorrente

Advogado

Proc:- 02900138242

Recorrente

Advogado

Recorrido

Proc:- 02900144790

Recorrente

Advogado

Recorrido

Proc:- 02900146105

Recorrente

Advogado

Recorrido

Advogado

Proc:- 02900146130

Recorrente

RECURSO ORDINÁRIO

Parecer 142/91

Elisete Cassimiro da Silva

Muriel Nini

Industria de Malhas e Meias Perola Ltda

Antonio Archangelo Correra

Parecer 369/91

Enco. S/A Engenharia Comercio Industria

Claudio Manoel Alves

Gabriel da Silva

Leão Chaimovitz

Parecer 317/91 (II vols)

Tomaz Ribeiro Garcia Neto

Eraldo Aurelio Franzese

Cia Docas do Estado de São Paulo CODESP

Parecer 251/91

Tuana Incorporadora Ltda

Oswaldo Gonçalves Maria

Cristina Jacinta de Alencar

José Passos Santos

Parecer 272/91

Riga Org Comercial Restaurantes Inds S/A

Marcia Alves de Campo Soldi

Vicencia Silva Nicolau

Decio Marino de Jesus

Parecer 273/91

Viação Guarujá Ltda